

Resenha do livro:

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (orgs.). Teoria e Educação no Labirinto do Capital. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Resenhada por Régis Henrique dos Reis Silva

Professor da UFG e Doutorando em Filosofia e História da Educação na Faculdade de Educação da Unicamp – Membro do Paidéia/FE/Unicamp

CRISE DA FORMA CAPITAL DE REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS:

A justificativa da crise (e não do fim) dos paradigmas

A obra em questão, organizada por Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta contou com textos dos seguintes colaboradores: Ciro Flamarion Cardoso, Leandro Konder, Luis Antonio Baptista, Muniz Sodré, Sonia Kramer e Virgínia Fontes, e é resultante dos seminários avançados para os doutorandos da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense ocorridos no ano de 1998, nesta instituição.

Os objetivos desses seminários eram compreender a crise teórica das ciências sociais e humanas e, em seguida, sua manifestação e desdobramentos no âmbito da Educação. Assim sendo, os eixos principais sobre os quais foram desenvolvidos os seminários avançados e que desenvolveram e resultaram nos textos desta obra são: a crise econômica que se expressa na crise do capital e na globalização excludente; a crise ético-política que se manifesta na ambigüidade do conceito de democracia e na naturalização da exclusão; a crise da razão que apreendemos no debate da modernidade e da pós-modernidade, da cultura, da história e da ideologia.

A obra está organizada em duas partes. Na primeira, mais sucinta, analisou-se “a crise do capital e a crise ético-política” no contexto do processo de globalização excludente. A segunda, abordou “a crise da razão e a pós-modernidade”, nos âmbitos da cultura, história e da ideologia.

Segundo os organizadores da coletânea, a questão de fundo colocada na obra é a necessidade do debate e aprofundamento dos nossos referenciais, não apenas no plano científico, mas também no plano ético-político e prático. Pois trata-se de nos questionarmos como os nossos referenciais analíticos nos ajudam a interpretar, no tempo presente, a materialidade histórica dos processos violentos de exclusão e deteriorização do humano pelo “sistema capital” mundializado e, sobretudo, como nos fornecem instrumentos para a ação na construção de formas sociais alternativas, diríamos superadora da sociedade atual.

A primeira parte da coletânea, intitulada “A crise do capital e a crise ético-política: Globalização e exclusão social”, inicia com um capítulo de autoria de Gaudêncio Frigotto, intitulado “A nova e as velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos”. Segundo o autor, estamos diante de uma efetiva crise dos referenciais teóricos conservadores, pós-modernos e os vinculados à tradição marxista, mas isso não significa que estejamos próximos ao fim de determinados paradigmas, pois a crise de paradigmas é resultante das profundas mudanças do sistema capital e de seu metabolismo social.

No primeiro tópico do capítulo, Frigotto (2001) analisa a “nova vulgata” dos referenciais teóricos conservadores e a problemática do referencial pós-moderno e/ou pós-estruturalistas. O autor assume o referencial do materialismo histórico dialético como o mais radical para fazer a crítica às relações sociais capitalistas. Segundo Frigotto (2001) os adeptos a esse referencial tem o desafio de historicizar as categorias analíticas para

analisarem suficientemente a materialidade e as relações sociais capitalista no contexto do capital mundializado.

No segundo tópico do capítulo, o autor analisa as dimensões que comprovam que o sistema capital nunca foi tão superior na relação capital *versus* trabalho, portanto até então não havia sido tão capaz e eficiente na destruição de direitos e na expropriação da classe trabalhadora, mas segundo Frigotto (2001) essa virtude antissocial leva-o a contradições mais profundas.

Segundo Frigotto (2001) é nesse contexto de crise e hegemonia do capital, que se torna mais importante trabalhar e aprofundar as categorias fundamentais do materialismo histórico dialético, como instrumento revelador das contradições do sistema capitalista, permitindo daí retirar elementos para a luta no plano ético-político.

O segundo capítulo da primeira parte da coletânea é de autoria de Francisco de Oliveira, intitulado “A nova hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática”.

Nesse capítulo Oliveira (2001) analisa a conjuntura da realidade política e econômica-social do Brasil e toma como perspectiva teórica às formulações gramscianas, aprofundando suas análises na realidade brasileira de 1930 a 1990, sinalizando que somente na última década do século XX, configura-se uma conjuntura interna e externa, na qual a burguesia brasileira busca construir um projeto realmente hegemônico.

Segundo o autor, no Brasil durante o período de 1930 a 1990, portanto em 60 anos de história, 30 anos foram de Ditadura e nos outros trinta tivemos em média um golpe institucional a cada três anos, o que demonstra a falta de hegemonia da burguesia brasileira.

Segundo Oliveira (2001) essa efervescência de golpes e a Ditadura são as lutas da classe dominada representadas por diferentes movimentos. Para o autor, a eleições presidenciais de 1989 acendeu o sinal vermelho para a burguesia brasileira, que conseguiu se articular em torno de um projeto neoliberal, cujo representante foi Fernando Collor de Melo, mas que diante da incapacidade da forças que compunha o seu governo não conseguiu fazer as mudanças necessárias aos interesses da burguesia nacional, ficando esta tarefa então a cargo de Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Oliveira (2001) a tarefa da esquerda é penetrar nas fissuras e contradições deste projeto e construir uma alternativa realmente democrática, para isso faz-se necessário à formulação de um programa político que necessariamente altere a estrutura do Estado, como, por exemplo, faz o movimento dos sem terra, que pedem a desapropriação da propriedade vida, algo vital para o sistema capitalista.

A segunda parte da coletânea, intitulada “A crise da razão e a pós-modernidade: cultura, história e ideologia”, inicia com um capítulo de autoria do historiador Ciro Flamarion Cardoso, intitulado “Epistemologia pós-moderna: a visão de um historiador”.

O texto do Cardoso (2001) é uma crítica a epistemologia pós-moderna. Segundo o autor, a gênese dessa corrente intitulada pós-moderna está no interior do racionalismo ocidental, mais precisamente nas teorias vigentes até 1960, quando estas se referiam às sociedades complexas. Nesse sentido, segundo o autor duas posições polarizam o debate, aquelas que enfatizam a integração social (funcionalistas) e aquelas que enfatizam o conflito social. Segundo Cardoso (2001) na primeira destacam Weber, Durkheim e Talcott Parsons e na segunda, Marx, Engels e Gramsci.

Segundo o autor, o que ocorre com essas duas posições é que, a partir da segunda grande guerra elas começam a sofrer influências de tendências surgidas no final do século XIX e início do século XX, como a psicanálise, o estruturalismo linguístico, a fenomenologia, o existencialismo, ou a combinação dessas tendências com o marxismo e

suas vertentes políticas. De forma que, a partir dos anos 1960, surgem novas teorias, umas rejeitando o *status* do eu e outras a realização histórica da razão.

Para Cardoso (2001, p.86) o movimento intelectual, que rejeita a realização histórica da razão, desembocou, previsivelmente em um estado de coisas suspenso entre o niilismo e o panseomiotismo, numa negação da explicação em favor da hermenêutica relativista.

O autor quando analisa o chamado pensamento pós-moderno, enfatiza a crítica do humanismo metafísico ocidental, que desembocou na noção de “morte do homem”, entendido ao mesmo tempo como sujeito e objeto privilegiado nos processos de conhecimento.

Segundo o autor o sucesso da corrente pós-moderna é parcial, pois ela em certo momento, faz como o cachorro que corre atrás do próprio rabo, abandona o realismo do objeto para acolher o realismo do símbolo, mas também não sai do realismo, outro questionamento feito por Cardoso (2001) é quem garante, que é verdade, que não há verdade?

Por fim, o autor conclui o capítulo afirmando que a base social do pós-modernismo são as “novas elites”, de natureza profissional e gerencial, aqueles que estão mais próximos da manipulação da informação e de conhecimentos profissionais do que no controle da propriedade ou do capital, são fascinados pelo jogo do mercado e apoiam-se na cultura do discurso crítico e do politicamente correto.

O segundo capítulo da segunda parte da coletânea é de autoria do filósofo e historiador Leandro Konder, intitulado “Limites e possibilidades de Marx e sua dialética para a leitura crítica da história neste início de século”.

O texto de Konder (2001) faz uma revisão conceitual e metodológica do pensamento marxiano, neste início de século XXI. Segundo o autor as idéias de Marx, nos dias de hoje vem passando por uma crise, como ainda não houvera passado.

Konder (2001) faz um mapeamento dos pontos fortes nas obras marxianas. Para o autor é justamente nestes pontos fortes que dialeticamente encontramos os pontos fracos da obra do intelectual alemão, pois Marx como qualquer outro autor elaborou sua teoria em um contexto historicamente datado e as situações daquela época já se modificaram.

Segundo o autor há dez pontos da obra marxiana que precisam ser revisitados com espírito crítico e com autocrítica, são eles: 1) o legado do iluminismo em Marx; 2) a racionalidade da história; 3) o conceito de ideologia; 4) a utopia; 5) a análise científica e desmistificadora que Marx faz da política; 6) sua capacidade de perceber como os conflitos são centrais na análise política; 7) a concepção da construção da cidadania e a presença dos movimentos sociais; 8) a revisão necessária na forma de lidar com o Estado; 9) a crítica a imagem espacial de infraestrutura e superestrutura; 10) a dialética como uma nova razão, que incorpora elementos de origem como o diálogo mas, também, as contradições, além da dificuldade do pensamento dialético de promover a reestruturação permanente e radical do todo.

O terceiro capítulo da segunda parte da coletânea é de autoria de Virgínia Fontes, intitulado “História e Verdade”. Neste texto a autora discute, a partir de Marx a questão da Verdade.

A autora inicia sua análise distinguindo verdade universal de verdade absoluta. Para Fontes (2001) o que precisamos refutar é a idéia da verdade absoluta, assim como a idéia de que não há verdade, pois ambas levam a equívocos irreparáveis, assim sendo precisamos compreender a verdade como um processo de conhecimento historicamente constituído e partilhado pelos Homens, que exige discussão e debate, como por exemplo, o que ocorreria com a lei da gravidade.

Fontes (2001) também analisa a questão da verdade relacionando com o poder, os mitos e os pressupostos gnosiológicos do conhecimento.

O quarto capítulo da segunda parte da coletânea é de autoria de Maria Ciavatta, intitulado “O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações”. Neste texto a autora discute o conceito de mediação para aprofundar o sentido da relação entre trabalho e educação.

Segundo a autora é o conceito de mediação, que permite uma visão historicizada do objeto singular em suas determinações mais gerais (universais), assim como situá-lo no tempo e no espaço, em outras palavras na sua particularidade histórica.

O quinto capítulo da segunda parte da coletânea é de autoria de Muniz Sodré, intitulado “Identidade, Cultura e Globalização”. Neste texto o autor analisa a questão da identidade e produção da subjetividade no contexto dos processos de globalização capitalista e das novas tecnologias de comunicação.

Segundo Sodré (2001) valores e diferenciação é uma questão complicada não no plano das idéias, mas da prática política concreta, nesse sentido o autor enfatiza que as posturas eurocêntricas das diferenças culturais ocultam uma questão de fundo, que é a subordinação das mesmas à lógica do capital globalizado.

Para o autor não é possível analisar a questão da identidade e da produção da subjetividade dissociadas da lógica do processo político de globalização econômica excludente. O enfrentamento dessa lógica na área educacional e cultural está intrinsecamente relacionada com a capacidade de construção de uma “autodeterminação identitária”.

O sexto capítulo da segunda parte da coletânea é de autoria de Sônia Kramer, intitulado “Linguagem e História”. Neste texto a autora analisa a linguagem narrativa e a escrita, tendo como perspectiva seu papel na constituição da natureza social e histórica dos sujeitos, em particular, no tocante aos desafios da educação e da formação.

A autora parte do pressuposto que a formação crítica do educando só é possível se o educador estabelecer uma relação crítica com a cultura, a história e a sociedade.

Por fim, o sétimo e último capítulo da segunda parte da coletânea é de autoria de Luiz Antônio Baptista, intitulado “Cidades, lugares, sujeitos: Contribuições da literatura e da política”.

Baptista (2001), partindo de Walter Benjamim, analisa em linguagem poética e contundente as contradições colocadas nos diversos lugares sociais ocupados pelo sujeito e sua relação com a cidade e a política.

O autor cita várias situações, como, na Argentina, quando as Mães da Praça de Maio traduzem sua dor em ato político, ao afirmarem a vida de seus filhos desaparecidos e mortos pela ditadura daquele país. Nas telas de Sófocles, quando Antígona transforma uma dor familiar em ato social, político, ao reivindicar um lugar para sepultar seu irmão, Polinices, e seu grito de protesto contra a violação das leis dos deuses. Em Praga, Kafka revela a perda da memória da história e da cidade, o apego ao mundo familiar fechado e a indiferença do esquecimento do mundo lá fora, por meio de Gregor Samsa, transformando em uma “barata abjeta”. Na Zona Sul do Rio de Janeiro, Brasil, quando Dona Elizabeth e outras dezenas de sem teto entram pela primeira vez em um Shopping Center, onde toda a desigualdade social é neutralizada. Segundo Baptista (2001) a presença dessa senhora anuncia “o fracasso das promessas de felicidade asséptica” e desafia o “sólido império” do capitalismo, de felicidades construído na solidão e no esquecimento.

Quanto a algumas considerações acerca da obra, gostaríamos de observar que recentemente a pós-graduação em educação no Brasil completou quarenta anos de existência, feito que orgulha praticamente todos os educadores do País, pois quando

olhamos sua história vemos quantos mestres e doutores foram formados, quantos destes não influenciaram e ainda influenciam o pensamento educacional brasileiro, e o quanto esses intelectuais contribuíram e ainda contribuem para o crescimento e consolidação da área no Brasil e no Mundo.

Entretanto, nos últimos vinte anos, mais precisamente, a partir dos anos 90 do século passado temos acompanhado um crescimento de grandes proporções no número de mestres e doutores em educação formado no País, conseqüentemente o aumento no número de dissertações e teses, mas contraditoriamente, constantemente tem se questionado a qualidade da formação dos novos mestres e doutores, os pesquisadores mais experientes da área, afirmam que já não se formam mais mestres e doutores como nos primeiros vinte anos da pós-graduação brasileira.

Outra questão colocada nos últimos anos pelos mestres e doutores do nosso País é que precisamos de novos paradigmas para compreender nossa realidade atual, pois os antigos paradigmas já deram sinais de esgotamento, no tocante à explicação da realidade atual.

Nesse sentido, a área educacional que historicamente recorre às áreas mais estruturadas com maior tradição científica, como a história, a Antropologia, a Sociologia, a Economia Política, a Filosofia e outras, acaba por viver um paradoxo, se um por um lado comemora seus feitos, por outro se preocupa, pois seu crescimento e consolidação não representam necessariamente um avanço acerca dos seus referenciais e da sua constituição enquanto uma ciência.

Diante de tudo isso, a obra organizada por Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta nos auxilia na reflexão sobre esse paradoxo vivenciado pelos educadores brasileiros, especialmente aqueles que estão em processo de formação, pois a obra ainda que não apresente uma solução para esse dilema, pelo menos nos aponta um horizonte de análise, qual seja, a crise teórica das Ciências Sociais e Humanas, e mais precisamente, da Educação está na materialidade das relações capitalistas, mais especificamente na Crise do Capital Mundializado e na sua forma de regulação das relações sociais.

Nesse sentido, não é que a razão enquanto forma explicativa do mundo esteja esgotada, o que se está em processo de esgotamento é a “racionalidade científica burguesa”, portanto não estamos diante do fim dos paradigmas explicativos, mas estamos diante de uma crise teórica, oriunda da crise do capital.

Diante dessa situação concordarmos com os organizadores dessa obra quando eles sugerem que não devemos recorrer ao ecletismo, a saídas que nivelam o conhecimento científico, ao conhecimento do senso comum, mas que aprofundemos em nossos referenciais analíticos, no intuito de questioná-los acerca da realidade do tempo presente, que re-elaborem essas categorias historicizando-as, tornando-as mais ricas em complexidade e em capacidade explicativa.

Por tudo isso, consideramos que a relevância desta obra está na maneira de analisar a crise teórica das Ciências Sociais e Humanas e desdobramentos desta para a área de Educação. Os textos expostos na obra justificam o problema teórico das ciências das humanidades, a partir da materialidade das relações sociais capitalistas e seus desdobramentos nas várias dimensões da vida humana, inclusive no plano ético-político e científico.

Assim sendo, recomendamos a leitura desta obra a graduandos e pós-graduandos da área educacional e das Ciências Sociais e Humanas, em geral.